

FREDERICO POLICARPO

## A PREPARAÇÃO PARA A VIAGEM: APONTAMENTOS SOBRE AS DIFERENÇAS ENTRE “TRABALHO DE CAMPO” E “FIELDWORK”<sup>1</sup>

**Eribon:** *À semelhança das outras disciplinas, a pesquisa etnológica deve enfrentar a falta de recursos: é necessário orçamento!*

**Lévi-Strauss:** *Com a diferença de que se admite que os físicos e os biólogos precisam de verba para fazer seus laboratórios funcionarem, porque é neles que fazem suas experiências e verificam as de seus colegas. Admite-se menos facilmente que os laboratórios dos etnólogos acham-se a milhares de quilômetros e que, para ir para lá, também se precisa de recursos. (LÉVI-STRAUSS e ERIBON, 2005: 208)*

**Resumo:** *Por conta de uma bolsa sanduíche da Capes, passei um ano (de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012) de meu doutorado em antropologia no PPGA/UFF na cidade de San Francisco, Califórnia, EUA. Durante a minha estadia em San Francisco, entrei em contato com os alunos de doutorado em antropologia da Universidade de Stanford. Através do diálogo com eles, percebi que os alunos se preparavam e se planejavam para suas viagens de pesquisa – “fieldwork” – de um modo distinto da preparação e do planejamento pelo qual passei para minha viagem – o meu “trabalho de campo”. O objetivo deste artigo é apontar alguns desses contrastes que observei e que me chamaram a atenção e levantar, de modo bem preliminar, a questão de que a preparação que cerca a ida ao “campo” fora do país pode informar significados específicos para, de um lado, o “trabalho de campo” e, de outro lado, o “fieldwork”.*

\* Mestre e Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF), com bolsa-sanduíche na University of California, EUA (Capes/2011-2012). É Professor Adjunto de Antropologia no curso de Políticas Públicas, no Instituto de Educação de Angra dos Reis – (IEAR/UFF), e pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC/UFF).

<sup>1</sup> Uma versão desse artigo foi apresentada na Mesa: “A internacionalização do conhecimento: experiências comparadas de ‘estar lá’”, durante o III Seminário Internacional do INCT-InEAC, realizado em 2013 na UFF.

*Espero, assim, contribuir para a discussão sobre a internacionalização da pesquisa, destacando a importância de refletirmos sobre as possibilidades de deslocamento e de planejamento adequados à pesquisa de campo na área da Antropologia aos pesquisadores brasileiros.*

**Palavras-chave:** “Trabalho de campo”; “Fieldwork”; Viagem.

**Abstract:** *As part of my PhD research in Anthropology at PPGA/UFF I spent one year in San Francisco, California, USA (January 2011- February 2012) on a scholarship from Capes. During that year I met and befriended many doctoral students in Anthropology at Stanford. Through them I became aware of a training towards fieldwork that was different from what I had experienced. This article explores differences in preparation and suggests, in a preliminary way, that planning and preparation for the “field” abroad may be informed by different ideas of on one hand ‘fieldwork’ and on the other ‘trabalho de campo’ existing in the two academies. In this way I hope to contribute to the discussion of the internationalization of Brazilian research.*

**Keywords:** Trabalho de campo – Fieldwork – Trip.

## INTRODUÇÃO

Por conta de uma bolsa sanduíche da Capes, eu passei um ano (de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012) de meu doutorado em antropologia no PPGA/UFF na cidade de San Francisco, Califórnia, EUA. Durante a minha estadia em San Francisco, entrei em contato com os alunos de doutorado em antropologia da Universidade de Stanford. Através do diálogo com eles, percebi que os alunos se preparavam e se planejavam para suas viagens de pesquisa – “fieldwork” – de um modo distinto da preparação e do planejamento pelo qual passei para minha viagem – o meu “trabalho de campo”. O objetivo deste artigo é apontar alguns desses contrastes que observei e que me chamaram a atenção e levantar, de modo bem preliminar, a questão de que toda essa preparação que cerca a ida ao “campo” fora do país pode informar significados específicos para, de um lado, o “trabalho de campo” e, de outro lado, o “fieldwork”.

Embora levante questões relacionadas ao financiamento público de pesquisas acadêmicas e, em certa medida, também aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), eu estabeleço um diálogo muito superficial com a importante bibliografia existente no Brasil sobre essa temática. Isto porque eu cheguei por acaso a essa reflexão. Não fazia parte de meu projeto de pesquisa e tampouco tinha qualquer interesse em discutir aspectos da pesquisa a partir da formação dos pesquisadores. Só me dei conta da relevância dos problemas que atravessam esse tema quando estava no exterior e, graças aos efeitos da perspectiva comparada, pude estranhar a minha própria formação para a pesquisa.<sup>2</sup> Comecei, então, a perceber o contraste entre modos específicos de se preparar o pesquisador para o trabalho de campo no exterior, pelo qual eu havia passado, e estava de fato passando, e pelo qual eu observava que outros alunos, também doutorandos em Antropologia, estavam passando. Foi, portanto, quando já estava em San Francisco e depois de entrar em contato com alunos de doutorado da Universidade de Stanford que começavam a se preparar para a pesquisa no exterior, que me saltaram aos olhos os contrastes entre as especificidades para a pesquisa de campo. Esse artigo está baseado nessas observações e é o primeiro esforço que faço para dar um sentido a elas.

---

<sup>2</sup> Retrospectivamente, posso afirmar que o livro “A Antropologia da Academia: Quando os Índios Somos Nós”, de Roberto Kant de Lima (2011), me serviu de inspiração direta e me fez, mesmo sem muita consciência na ocasião, estar atento às especificidades das academias brasileira e norte-americana. Aqui também aproveito para agradecer ao autor seus comentários, nossas conversas e o incentivo à minha reflexão. Desnecessário dizer que a responsabilidade sobre o que apresento aqui é toda minha.

Por isso, não é minha intenção aqui fazer um balanço da produção acadêmica sobre o tema. Seguindo as orientações dos editores para essa nova seção da revista, este artigo é uma breve reflexão a partir de minha experiência internacional.

## O PROBLEMA

Gostaria, contudo, de fazer uma breve menção à bibliografia especializada<sup>3</sup> para me ajudar na problematização. Fazendo um balanço sobre essa temática, Silva e Simião (2012), destacam uma ideia que parece ser central: a preocupação com a construção da “nação brasileira” acaba por influenciar a agenda de pesquisa antropológica no Brasil. De acordo com essa ideia, gostaria de sugerir preliminarmente que essa influência parece não ser só temática ou teórica, mas também tem efeitos também na própria concepção do que seja “trabalho de campo” antropológico no exterior.

A reflexão que se segue sugere que a própria concepção sobre o que é “trabalho de campo” para as agências federais de fomento brasileiras, tendo como referência contrastiva meu diálogo com alguns alunos de doutorado de antropologia da Universidade de Stanford, EUA, limita a preparação e o planejamento da pesquisa de campo antropológica no exterior dos doutorandos brasileiros.

O treinamento dos alunos e a preparação para a pesquisa de campo no exterior não recebem a mesma atenção nos EUA e no Brasil, a tal ponto de, como sugiro, o significado do “trabalho de campo” ser específico em cada contexto. E essas especificidades não seriam qualitativas. Os alunos de lá não são intrinsecamente melhores ou mais inteligentes que os daqui. De fato, isso não importa, e não é meu interesse apontar nada parecido com isso. A questão fundamental, me parece, é explicitar os aspectos quantitativos em jogo. Quantitativos no sentido de um maior planejamento, de uma melhor preparação dos alunos para a viagem, de um volume maior de recursos financeiros disponibilizados, enfim, de condições adequadas para o “trabalho de campo” antropológico no exterior.

Embora as condições oferecidas à pesquisa de campo antropológica no exterior sejam limitadas, como discuto a seguir, acredito que consegui compensá-las com o total apoio dos meus orientadores, tanto no Brasil quanto nos EUA, pelo qual sou extremamente grato. Aqui, é preciso fazer referência ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do qual estava

<sup>3</sup> Como que demonstrando a importância do tema, a ABA já dedicou duas coletâneas ao assunto (GROSSI, TASSINARI e RIAL, 2006; TAVARES, GUEDES e CAROSO, 2010), reunindo artigos de vários pesquisadores que têm se dedicado a refletir sobre o ensino e a pesquisa antropológica.

inserido à época como doutorando, e agora como pesquisador, que é o Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos – InEAC<sup>4</sup>. A importância desse meu pertencimento se deve ao fato dele possibilitar o contato direto a uma ampla rede de pesquisadores, nacionais e estrangeiros, e também acesso a financiamentos que permitem o efetivo encontro entre os pesquisadores. Tendo em vista essas possibilidades, eu me beneficiei dessa rede de pesquisa do InEAC para conhecer pessoalmente o meu orientador nos EUA antes de minha viagem ao exterior.

Através de um convite do professor Roberto Kant de Lima, o meu orientador no Brasil, o professor George Bisharat, que se tornaria meu orientador no exterior, aceitou participar das atividades da 27ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia de 2010, na cidade de Belém, no Pará. A amizade dos dois, que foram colegas de turma no curso de doutorado em antropologia em Harvard, muito influenciou o convite e o aceite. Contudo, para que a vinda do professor Bisharat se concretizasse, foi fundamental a mobilização de recursos do InEAC. Com o financiamento garantido, o professor Bisharat veio ao Brasil e participou de uma série de atividades, não só na ABA, mas também na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Gama Filho. Nesta ocasião, eu o conheci pessoalmente e partilhamos momentos agradáveis e produtivos de pesquisa e confraternização. Um ano depois desse primeiro encontro, o professor Bisharat aceitou-me na Universidade da Califórnia/ Hastings, em que ele dá aula em San Francisco, e abriu a possibilidade de meu vínculo como um “visiting scholar”. Além disso, esteve sempre disponível e atencioso aos meus pedidos durante a minha estadia em San Francisco<sup>5</sup>.

Estou fazendo questão de explicitar esses relacionamentos pessoais para além do vínculo formal exigido entre bolsista e orientador, e também a utilização de recursos outros que não os previstos na bolsa sanduíche porque, apesar de muitas vezes serem fundamentais para o estabelecimento e a manutenção de projetos de pesquisas, eles são difíceis de mensurar. Seja como for, tenho certeza que essa rede de pesquisa me foi de muita valia e, como mencionei, compensou as limitações do financiamento da Capes que discuto a seguir.

<sup>4</sup> Os projetos e as atividades dos pesquisadores do InEAC estão disponíveis no site: <http://www.uff.br/ineac/>

<sup>5</sup> Apresento minha pesquisa em San Francisco e desenvolvo uma reflexão comparativa com minha pesquisa anterior no Rio de Janeiro na minha tese de doutorado: “O consumo de drogas e seus controles: uma perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasil, e de San Francisco, EUA” (POLICARPO, 2013).

## A PRIMEIRA HIPÓTESE: A CABEÇA DO PESQUISADOR OU O CAMPO DE PESQUISA?

Embora vá desenvolver alguns argumentos tomando como referência o edital da bolsa sanduíche balcão que concorri, é importante deixar claro que não é meu objetivo fazer nenhuma crítica direta a Capes, que foi a agência que financiou a minha estadia no exterior. As minhas observações aqui dizem respeito às condições de pesquisa oferecidas pela Capes na área de Antropologia. Acredito que há especificidades da pesquisa de campo antropológica no exterior que precisam ser compreendidas pelas agências de fomento, de modo que os editais de financiamentos possam melhor atender a essas demandas específicas. Pessoalmente, não tive nenhum contratempo com a Capes. Muito pelo contrário, a Capes, por intermédio dos vários funcionários com os quais entrei em contato, tanto quando estava no Brasil como no exterior, se mostrou sempre presente e disposta a responder minhas dúvidas o mais rápido possível e de forma eficiente. Não tive nenhum tipo de problema burocrático com relação às mensalidades ou qualquer outro tipo de pagamento feito pela Capes, à qual faço questão de, novamente, reconhecer e agradecer.

Mas, e talvez por causa mesmo de toda essa minha feliz experiência, quer dizer, de contar com o apoio do InEAC e do professor George Bisharat – que, além de tudo, também me ajudou a lidar com a burocracia de Hastings – e de os procedimentos administrativos da Capes com relação ao financiamento de minha bolsa sanduíche terem se desenvolvido de maneira totalmente programada conforme o edital que concorri, não pude deixar de perceber alguns aspectos limitadores da pesquisa que estava realizando em San Francisco, nos EUA. Essas limitações não poderiam ser circunstanciais. Como indiquei, todas as circunstâncias estavam a meu favor. Comecei a pensar, então, que essas limitações, ou o que eu via como limitações, poderiam ser estruturais, isto é, estavam relacionadas a uma determinada ideia de “trabalho de campo” em antropologia que informava as agências federais de fomento e, de uma forma mais abrangente, os nossos programas de pós-graduação no Brasil.

Para ir direto ao ponto, nessa concepção de “trabalho de campo”, o “campo”, seria sempre no Brasil. Assim, e essa é a primeira das duas hipóteses que eu gostaria de sugerir aqui, a viagem para o exterior, financiada pela bolsa sanduíche da Capes, não estaria voltada para a descrição etnográfica, quer dizer, resultado de um “trabalho de campo” antropológico propriamente dito no exterior. A importância da viagem seria a de permitir que o pesquisador tivesse a oportunidade de entrar em contato com o “outro”, de o pesquisador ter uma experiência direta com a “diferença”. O objetivo,

assim, seria mudar a cabeça do pesquisador para que, de volta ao Brasil, ele refletisse sobre o Brasil, e não sobre – ou a partir de – um objeto de pesquisa encontrado no exterior. Nesse sentido, é a cabeça do pesquisador que deveria “mudar”, não o “campo”.

Essa minha ideia ficou mais aparente depois que entrei em contato com alunos de doutorado em antropologia da Universidade de Stanford, EUA, em especial os do primeiro ano de curso. O que mais me chamou a atenção foi o fato de que, já desde o primeiro ano, todos os alunos passam os três meses das férias de verão dos EUA viajando para os lugares em que pretendem realizar o “fieldwork”. É como um período de reconhecimento, de visitas exploratórias, prévio ao período mais longo e intenso da pesquisa de campo. Além disso, já no primeiro ano, os alunos são obrigados a realizar cursos dos idiomas dos lugares para aonde irão viajar. E no segundo ano, eles fazem isso mais uma vez. Eles realizam, pelo menos, duas viagens de três meses de duração anteriores ao período de permanência mais longo no “campo”.

Assim, é possível ver que os alunos também se preparam para ter a experiência direta com a “diferença”, mas com uma forte ênfase na descrição etnográfica sobre o “outro”. De fato, indo em direção oposta ao que sugeri para o Brasil, alguns alunos me relataram que, embora quisessem, foram fortemente desencorajados a realizarem pesquisa nos EUA, sob pena de não conseguirem financiamento. O “campo” deles está fora dos EUA, o nosso, dentro do Brasil.

Assim, para dar mais sustentação às observações que estou fazendo aqui, vou tomar como referência o edital da Capes em que fui selecionado.<sup>6</sup>

## O EDITAL DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE DOUTORANDO NO EXTERIOR DA CAPES

De início, é interessante notar que o edital se dá no âmbito do “Programa de Estágio de Doutorando no Exterior.” O programa, portanto, não é de pesquisa, mas de estágio. Já na parte “das disposições gerais”, o edital observa:

*1.6 O estágio no exterior deve contemplar, sobretudo, a realização de pesquisas, não possíveis de realização no Brasil. A realização de disciplinas ou seminários no exterior deve ser de caráter secundário.*

<sup>6</sup> Meu projeto foi selecionado no processo seletivo de 2010 do Programa de Estágio de Doutorando no Exterior, edital DRI/CGBE nº 14/2009, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Esse ponto destaca que o objetivo central é a realização de pesquisas no exterior, não a realização de cursos. De fato, a Capes não cobra nenhum tipo de cumprimento de crédito de disciplinas no exterior. Assim, a ideia não é que o pesquisador viaje para ter aulas, mas para pesquisar. Até aqui, o edital parece enfatizar o olhar e a reflexão para o exterior. No entanto, já é sublinhada uma condição para essas pesquisas. A condicionante é que sejam, “sobretudo”, pesquisas “não possíveis de realização no Brasil”.

No caso da antropologia, essa condicionante pode ser facilmente, digamos, relativizada. Qualquer pesquisa antropológica poderia argumentar que o “outro”, para colocar a questão de maneira simples, não está no Brasil. Mas essa condicionante é apenas a primeira de outras regras de financiamento que, como sugiro, modelam a própria concepção de “trabalho de campo” para as agências de fomento.

Na parte “dos requisitos para a candidatura” podemos notar uma restrição que tem mais influência que a primeira condicionante.

*d) não ter usufruído anteriormente, no curso de doutorado, outra bolsa de estágio de doutorando ou doutorado pleno no exterior;*

Ou seja, o candidato é expressamente proibido, caso queira, evidentemente, ter acesso ao financiamento da Capes, de ter experiências prévias no local onde pretende realizar seu trabalho de campo. Se na Universidade de Stanford todos os alunos têm que viajar, já no primeiro ano do curso de doutorado, durante os três meses das férias de verão para seus prováveis destinos de pesquisa, no Brasil, o financiamento federal segue em direção diametralmente oposta. O reconhecimento do local, o estabelecimento prévio dos contatos de pesquisa, a adaptação ao local de pesquisa, a familiarização com o idioma, enfim, tudo isso e mais uma série de outros fatores que vão aparecendo durante a pesquisa de campo parece não existir para os planejadores do edital. O pesquisador brasileiro tem que dar conta de todos esses fatores de uma única e só vez.

De todos esses elementos, e outros mais, que o pesquisador deve lidar no campo, o idioma talvez seja um dos principais obstáculos a serem superados durante a pesquisa. Ao mesmo tempo, talvez seja o único que o pesquisador possa se preparar previamente, antes de chegar ao “campo”. Os contatos, a adaptação e o reconhecimento do local, por exemplo, só são possíveis de se realizarem de fato com o pesquisador “lá”. Mas o idioma, embora seja muito diferente na dinâmica do dia a dia, com planejamento e incentivo pode já começar ser aprendido “aqui”. Sobre esse fator, o edital diz:

*i) estar ciente da necessidade de proficiência no idioma do país onde será realizado o estágio;*



No momento da implementação da bolsa, o candidato selecionado deve apresentar, como observa o item “8.e) da implementação da bolsa: comprovante válido de proficiência no idioma do país de destino.” Quer dizer, a Capes deixa o aprendizado do idioma por conta do candidato, bastando a apresentação do comprovante. No caso do inglês, uma pontuação mínima no exame do TOEFL, que é uma única prova.

Nesse ponto, cabe uma observação mais geral sobre os programas de pós-graduação em Antropologia. De modo geral, os PPGA, também como o edital da Capes, parecem deixar o aprendizado do idioma estrangeiro por conta exclusivamente do pesquisador. Eles não costumam oferecer cursos de idiomas. Só exigem a proficiência em idiomas estrangeiros dos candidatos no momento da prova de seleção de ingresso ao programa. Embora os alunos matriculados tenham que dominar, obrigatoriamente, certo nível de inglês, francês e espanhol, por conta dos textos lidos durante os cursos, os PPGA não estimulam o aperfeiçoamento ou mesmo o início do aprendizado de outros idiomas. Não há espaço na grade curricular para esse tipo de curso. Ou o pesquisador já traz de berço a proficiência no idioma, o que é para poucos – e cada vez “mais poucos” se levamos em conta a expansão do ensino universitário, inclusive em PPGA, por meio das cotas e outros mecanismos de universalização ao acesso – ou tem que aprender o idioma desejado por conta própria. Ou mais difícil ainda, vai ter que aprender durante sua pesquisa de campo. Pesquisa esta que só pode durar um ano no máximo durante o doutorado, sem nenhuma possibilidade de prorrogação, como veremos adiante.

Outro fator importante é a duração da “realização da pesquisa”. Como já destaquei, só é possível ir para o “estágio no exterior” uma e única vez durante o doutorado. Mas, além disso, o edital também impõe as condições de volta. E mais. Controla o tempo de permanência do pesquisador no Brasil, depois da volta do exterior. O item 3.1 “da duração e dos benefícios da bolsa de estudos” regula esse assunto:

*3.1 A duração da bolsa de estágio de doutorando no exterior varia de quatro a doze meses, é improrrogável, e é estabelecida de acordo com o cronograma de execução proposto na candidatura.*

E essa regulação é reforçada mais uma vez na parte sobre “das obrigações dos bolsistas”:

*9.5 Ao final da bolsa, a Capes espera que o bolsista tenha cumprido integralmente as atividades propostas no plano original, dentro dos prazos estabelecidos na concessão.*

*9.6 O bolsista deverá retornar ao Brasil no prazo de até trinta dias após o término do estágio, dar continuidade aos estudos de Doutorado até a sua conclusão e permanecer no país pelo período, mínimo, igual ao da bolsa.*

9.7 *A inobservância das obrigações apresentadas nos itens 9.5 e 9.6 implicará o dever de ressarcir todas as despesas havidas, atualizadas na data do ressarcimento, exceto se a juízo da Diretoria Colegiada da Capes.*

Ou seja, não há possibilidade de nenhuma prorrogação. Não só da bolsa de pesquisa, isto é, do financiamento público, mas também da simples permanência do pesquisador no exterior. Mesmo que o pesquisador, por conta de desdobramentos em seu trabalho de campo, queira estender o prazo da pesquisa por conta própria, isto é, com financiamento próprio, isso não é permitido. E não pode nem ser negociado. Ele deve voltar em, no máximo, 30 dias depois de encerrado o prazo de sua pesquisa no exterior. Além disso, deve permanecer no país o mesmo tempo que ficou no exterior, sob a pena de ter que ressarcir a Capes caso não cumpra essas obrigações.

## OBSERVAÇÕES FINAIS E A SEGUNDA HIPÓTESE

Penso que essas observações já bastam para apoiar a minha hipótese sobre o que parece ser a concepção do que é “trabalho de campo” antropológico no exterior para as agências de fomento e, de um modo geral, também para os PPGA brasileiros. Essas condições de financiamento e também de planejamento modelam o resultado do que pode ser alcançado no “trabalho de campo” antropológico no exterior. Não quero que pareça que estou menosprezando as agências de fomento e os PPGA no Brasil. Pelo contrário, comecei a elaborar essa reflexão por perceber, quando estava nos EUA, o nível de excelência das pesquisas e dos pesquisadores brasileiros. Não é por acaso. Muitos dos professores dos programas de pós-graduação em Antropologia no Brasil estudaram não só nos EUA, como na França e em outros países, e mantêm e ampliam os vínculos com as academias estrangeiras através dos alunos. E mais. Parece-me que, embora a academia brasileira não tenha muita projeção na academia norte-americana, nós estamos a par do que acontece lá e na academia francesa, pelo menos. Ou seja, parece-me que do ponto de vista da qualidade das discussões e dos pesquisadores, a academia brasileira nada deve à norte-americana.

O que me parece ser fundamental para a manutenção da distância das academias brasileira e norte-americana, e da maior visibilidade e prestígio internacional da última, é o que eu chamei antes de concepção sobre o que é “trabalho de campo”. Não no sentido teórico, ou epistemológico. Mas no sentido mais prático, da preparação do pesquisador para sua viagem de “trabalho de campo” antropológico no exterior. Isso envolve, como falei, idas prévias ao “campo”, consideradas como visitas exploratórias, e não só uma única vez; o aprendizado da língua durante o curso, e não só através

de um comprovante de proficiência de um teste; enfim, do planejamento e da preparação a longo prazo da pesquisa.

Assim, ao lado das reflexões que destacam a influência das ideias sobre a construção da “nação” na agenda de pesquisa dos pesquisadores brasileiros, espero que minhas observações possam contribuir para esse debate no campo da antropologia no Brasil.

Não se trata de dizer que uma concepção de “trabalho de campo” é melhor do que outra. O que importa é observar que as condições que são criadas para sua realização são distintas. E, portanto, as expectativas sobre os resultados também são diferentes. Sugerir que na Universidade de Stanford os alunos são preparados para não somente experienciar a “diferença” através do contato direto com o “outro”, mas também são treinados para elaborar suas reflexões a partir das observações e descrições etnográficas sobre o “outro”; enquanto que para as agências federais de fomento brasileiras parece que a experiência do pesquisador basta, já que a reflexão a partir de uma descrição etnográfica sobre o “outro” não é exigida. Nesse sentido, parece que o mais importante é o próprio pesquisador se transformar com a viagem e, de volta ao país, refletir sobre o país, sobre o “nós” e não sobre os “outros”.

Não quero me aprofundar nas implicações dessa observação agora. E, na verdade, não estava nem um pouco preocupado com isso antes de fazer o “trabalho de campo”. Foi só depois que me dei conta de que a preparação dos alunos de antropologia de Stanford era bem diferente daquela pela qual eu mesmo passei – e que outros colegas brasileiros também passaram – que me ocorreu a ideia de discutir essas especificações e procurar dar sentido a elas.

Assim, para concluir, no caso do Brasil, a descrição etnográfica do “outro” e sua consequente análise não parece ser o alvo preferencial dos financiamentos de pesquisa federais. A expectativa das agências de fomento federais parece ser a de usar a experiência do trabalho de campo no exterior para se pensar os dados de pesquisa no Brasil. Ou isso, ou, e esta é a segunda hipótese, podemos pensar que as agências federais de fomento brasileiras não oferecem condições de financiamento adequadas para o “trabalho de campo” no exterior na área de Antropologia.

## REFERÊNCIAS:

GROSSI, Miriam Pillar; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (orgs.). **Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

KANT DE LIMA, Roberto. **A Antropologia da Academia: Quando os Índios Somos Nós**. 3.ed., Niterói: Eduff, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude; ERIBON, Didier. **De Perto e de Longe**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

POLICARPO, Frederico. **O consumo de drogas e seus controles: uma perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasil, e de San Francisco, EUA**. Tese (Doutorado em Antropologia). PPGA/UFF. 2013.

SILVA, Kelly; SIMIÃO, Daniel. "Coping with 'traditions': The analysis of East-Timorese nation building from the perspective of a certain anthropology made in Brazil". In: **Vibrant Virtual Brazilian Anthropology**, v.9, n.1. 2012.

TAVARES, Fátima; GUEDES, Simoni Lahud; CAROSO, Carlos (orgs.). **Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010.